

**“OS MEIOS DE CONCILIAÇÃO SEM SE
DESPREZAREM OS DA FORÇA”:
A ATUAÇÃO DO BARÃO DE CAXIAS NA PACIFICAÇÃO DA
GUERRA DOS FARRAPOS (1842-1845)**

*“THE MEANS OF CONCILIATION WITHOUT DESPISING
THE MEANS OF FORCE”:
THE BARON OF CAXIAS PERFORMANCE IN THE RAGAMUFFIN
WAR PACIFICATION (1842-1845)*

Leonardo dos Reis Gandia¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre os anos finais da Guerra dos Farrapos, na província do Rio Grande do Sul, a partir da análise da atuação política e militar de Luis Alves de Lima e Silva, então barão de Caxias, nas negociações de paz com a elite provincial rebelada contra o Império do Brasil desde o ano de 1835. Exercendo os cargos de presidente de província e comandante-em-chefe das forças legalistas na província, Caxias foi não só um estrategista militar em campo de batalha, mas também um importante articulador das negociações políticas que resultaram no acordo firmado em Ponche Verde, resultado de diversos embates de interesses entre a província e o centro do Império. Baseado em documentos históricos e na diversidade bibliográfica sobre o tema, o texto pretende demonstrar que Caxias teria sido uma das figuras centrais e um artífice fundamental para a organização dos interesses do Império com vistas às tensões na região platina durante o processo de pacificação da Guerra dos Farrapos, entre 1842 e 1845.

Palavras-chave: Luis Alves de Lima e Silva (barão de Caxias). Rebelião Farroupilha. Rio da Prata. Guerra Grande.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the last years of the Ragamuffin War, in Rio Grande do Sul province, from the political and military performance analysis of Luis Alves de Lima e Silva, at that period, baron of Caxias, in the peace negotiation with the provincial elite rebelled against Brazilian Empire since 1835. Exerting the positions of province presidency and of the commander in chief of the legalist forces in the province, Caxias was not only a military strategist on battlefield, but also an important articulator of the political negotiations which reached the Ponche Verde agreement, result of the many interests clashes between province and centre of the Empire. Based on the historic documents and on the diversity of bibliography about this issue, the text intends to demonstrate that Caxias had been a main character

¹ Bacharel e licenciado em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social da FFLCH-USP, com pesquisa na área de história do Brasil Império.

and a fundamental actor in the organization of the Empire's interests aiming at the tensions on the platine area over the Ragamuffin War pacification process, between 1842 and 1845.

Keywords: *Luis Alves de Lima e Silva (baron of Caxias). Ragamuffin War. River Plate. Uruguayan Civil War (Guerra Grande).*

INTRODUÇÃO

A Guerra dos Farrapos foi uma rebelião² provincial marcada por diversas particularidades que tornam complexa sua compreensão.³ Todas elas deram o tom de seus quase dez anos de duração, de suas dissidências políticas e militares e, acima de tudo, da forma como sua pacificação foi levada a cabo, em março de 1845, em Ponche Verde. Dentre todas essas particularidades, a proximidade da província com o contexto beligerante dos Estados vizinhos, a interferência daqueles conflitos externos nos rumos do movimento rio-grandense – mais ou menos intensa em cada momento da rebelião –, e a maneira como as personagens do conflito, tanto do lado farroupilha como da legalidade imperial, se apropriaram dessa característica da rebelião são alguns dos pontos fundamentais para entender a história do conflito de uma maneira mais abrangente, tomando-a não como uma dentre outras contestações ao governo central no interregno regencial, mas sim como um movimento particular que respondia às demandas e ao contexto específico da província meridional do Brasil.⁴ Para entender mais efetivamente as contendas do período, essa realidade complexa da fronteira sul do país e os atores e artífices da política regional e nacional precisam ser observados de maneira mais detida, especialmente nos anos finais do conflito.

Desta forma, este breve estudo pretende analisar a rebelião farroupilha em sua última fase e a partir de um recorte biográfico baseado na atuação política e militar de Luis Alves de Lima e Silva, então barão de Caxias,

2 A nomenclatura, apesar da cristalizada designação de “Revolução Farroupilha”, segue os termos oitocentistas e as definições penais contidas no Código Criminal do Império de 1830, conforme DANTAS, Monica Duarte. “Introdução. Revoltas, Motins, Revoluções: das Ordenações ao Código Criminal”, In: _____. *Revoltas, motins, revoluções. Homens livres pobre e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 7-67.

3 Não tratarei de toda a extensa produção a respeito da farroupilha neste breve artigo, mas faço referência à profunda análise historiográfica, que orienta as reflexões deste estudo, contida em GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. 1998, Tese (Doutorado em História), UFRJ, Rio de Janeiro.

4 GUAZZELLI, op. cit.; GANDIA, Leonardo dos Reis. *A política ao fio da espada: Caxias e a consolidação dos interesses brasileiros no Rio da Prata (1842-1852)*. 2015, Dissertação (Mestrado em História), FFLCH-USP, São Paulo.

no processo de pacificação frente às mais destacadas lideranças da elite rio-grandense. Esta abordagem, apesar do recorte, não tem aspiração de uma biografia, mas sim de um ponto de partida para compreender os meios pelos quais a província e o centro do país se reaproximaram por meio de um interesse comum que dizia respeito aos conflitos externos no estuário do Rio da Prata. Nesse sentido, tais interesses teriam sido estrategicamente aproveitados pelos principais artífices da pacificação do Rio Grande de São Pedro para negociar os termos pelos quais se poria fim à contenda. Dentre os principais atores políticos envolvidos no processo estava o próprio barão de Caxias, presidente da província e comandante em chefe das forças imperiais no combate à rebelião, mas, acima de tudo, um representante fundamental dos interesses da Corte no intrincado processo de encerramento do conflito provincial e de organização dos projetos políticos, diplomáticos e militares do Brasil em relação à beligerância externa, que envolvia os mais diversos grupos políticos em disputa no processo de formação dos Estados na bacia do Rio da Prata na chamada Guerra Grande.⁵

1 As formas de ação do barão de Caxias: entre as disputas internas e a proximidade da Guerra Grande

No dia 8 de junho de 1846, o conde de Caxias – senador eleito pelo Rio Grande de São Pedro e com título de nobreza elevado após os sucessos de sua missão de pacificação da Guerra dos Farrapos – discursava na tribuna do Senado em meio a um acirrado debate que colocava em dúvida o cumprimento das instruções imperiais dadas ao “pacificador” quando fora enviado ao sul do país para debelar a rebelião que já se arrastava desde 1835. Buscando dissuadir aqueles que defendiam a necessidade de dar publicidade às tais instruções, Caxias respondeu às críticas dizendo poder asse-

5 Conflito entre os partidos *Blanco* e *Colorado* no Uruguai, de 1839 a 1851, que transpôs os limites do Estado Oriental e envolveu os dois grandes grupos políticos da Confederação Argentina, os *Federales* (liderados por Juan Manuel de Rosas e apoiadores dos primeiros) e os *Unitarios* (ao lado destes últimos). Em território argentino, a guerra somente se encerrou em 1852, com a Batalha de Caseros. Ao longo do período, a participação da França, Inglaterra e, especialmente, do Brasil e da província do Rio Grande de São Pedro – separada do Império desde 1836 –, foram importantes. Para uma contextualização mais detida do período, ver GANDIA, op. cit., pp. 82-98; GUAZZELLI, op. cit.; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai – da colonização à guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Revan/ EdUnB, 1998; FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006; BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguai partoril y caudillesco (1839-1875)*. Colección Historia Uruguay, Tomo 4, Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1975. ROSA, José Maria. *El Pronunciamiento de Urquiza (a través de documentos diplomáticos brasileños y orientales)*. Buenos Aires: A. Peña Lillo Editor, 1960.

gurar ao Senado que todas as instruções “queriam o emprego dos meios de conciliação sem se desprezarem os da força”, e afirmando aos seus críticos que “se a pacificação se não concluiu a mais tempo, foi isso devido a não serem as circunstâncias da rebelião em 1842 as mesmas em que se achara em 1844”.⁶

Na ocasião, Caxias sabia que tornar públicas as estratégias tomadas durante o período em que esteve à frente das forças imperiais no sul, mas principalmente, das negociações para por fim à rebelião, oferecia riscos desnecessários aos interesses do Império e da elite rio-grandense, sobretudo pelo pouco tempo transcorrido desde a reintegração da província ao Império. Apesar do tom da discussão, sem comprometer e tampouco por em evidência qualquer instrução oficial, o trecho do discurso de Caxias nos dá uma ideia de como foram conduzidas suas ações políticas e militares durante sua missão no Rio Grande, que o levariam, como um dos resultados diretos, a ocupar a cadeira de senador por aquela província, desocupada desde 1836.⁷

De fato, os “meios da força” não foram desprezados. Além disso, as vantagens obtidas pelo exército que combatia os farrapos foram alcançadas por meio da mudança na tática de combate, logo nos primeiros tempos após a chegada de Caxias, em novembro de 1842. Consciente das desvantagens da cavalaria legalista frente à dos rebeldes – tanto pelo bem desenvolvido treinamento desta arma no Rio Grande como pela dificuldade de recrutamento das tropas e de obtenção de cavalos dentro e fora da província – Caxias optou por uma tática de “guerra de movimento”, com incursões rápidas que reduzissem as possibilidades de defesa dos farrapos (GUAZZELLI, 2011). Muitas batalhas foram travadas seguindo as novas formas de luta, com resultados favoráveis às forças imperiais e a retomadas de diversas localidades, antes sob o domínio dos rebeldes. De certa forma, a efetividade desta nova tática, mais conformes com a realidade material do exército sob seu comando, levou Caxias a prever um encerramento breve da rebelião. Conforme escreveu ao ministro da Guerra, em agosto de 1843:

Não há hoje uma só povoação dominada pelos rebeldes [...] à exceção de pequenas partidas de vinte a trinta homens que

6 BRASIL. Senado Federal. *Anais do Senado do Império do Brasil*. 1846, v. Único, Brasília: Senado Federal, 1978, p. 160.

7 Após a morte do Monsenhor Antonio Vieira da Soledade, em 1836, o Rio Grande de São Pedro não contava com representação na Câmara Alta do Parlamento, em decorrência da proclamação da República Rio-grandense naquele mesmo ano cf. JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas Ministeriais*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/ Arquivo Nacional, 1962, p. 413.

tem mais o caráter de salteadores do que o de partidistas políticos; e se a nossa fronteira com o Estado Oriental não fosse tão longa e fácil de ser atravessada impunemente em qualquer lugar, e se os rebeldes não pudessem naquela região receber os socorros de que necessitam, principalmente o de cavalhadas, poder-se-ia afirmar que a revolta estava concluída. Todavia se não ocorrer alguma circunstância imprevista, creio poder afiançar à V. Ex^a que até novembro deste ano se terá ultimado a pacificação da província.⁸

Nota-se, portanto, que as maiores dificuldades encontradas na campanha diziam respeito às questões envolvendo a fronteira com o país vizinho, por meio da qual os rebeldes que ainda resistiam às tropas imperiais se refugiavam na Banda Oriental, onde recebiam auxílios os mais diversos, especialmente da parte de Fructuoso Rivera, líder *colorado* em guerra contra o general *blanco* Manuel Oribe desde a década anterior. Esta não era uma situação nova e não se resolveria de maneira tão fácil, especialmente pela interferência que o general *colorado* passou a ter nas primeiras tentativas de negociação, quando os “meios de conciliação” mobilizaram a atuação de Caxias.

O que dificultava a efetividade das ações de guerra naquele momento, além da facilidade de trânsito pela fronteira com o Uruguai, era a influência dos conflitos externos nas questões provinciais.⁹ Deflagrada oficialmente em 1839, a Guerra Grande levou ao campo de batalha o embate político entre *colorados* – liderados por Fructuoso Rivera – e *blancos* – encabeçados por Manuel Zeferino Oribe y Viana – este, derrubado da presidência do recém-criado país pelo primeiro¹⁰. Além disso, Juan Manuel de Rosas – presidente da província de Buenos Aires e chefe das relações exteriores da Confederação Argentina desde 1829¹¹ – desde o início do conflito, deu o

8 ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL. “Ofício do Barão de Caxias a Salvador José Maciel, ministro da Guerra, 17/08/1843”, Maço 106, doc. 5143.

9 FERREIRA, op. cit., passim.

10 BARRAN, op. cit.

11 Exercendo seus amplos poderes e “faculdades extraordinárias” atribuídos pela representação nacional e autointitulado “El Restaurador de las Leyes, Rosas governaria até 1852. Houve um interregno, entre os anos de 1832 e 1835, quando a Sala de Representantes revogou as amplas atribuições de seu poder, sem as quais ele deixou a presidência de sua província, retornando três anos depois. SALVATORE, Ricardo. “Consolidación del régimen rosista (1835-1852)”, In: GOLDMAN, Noemi (dir.). *Revolución, república, confederación (1806-1852)*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999, pp. 323-380; HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Argentina, de la Revolución de la Independencia a la Confederación Rosista*. Buenos Aires: Paidós, 1987; ROSA, José María. *La Caída de Rosas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2010. Para uma discussão mais

suporte militar e material a Oribe, seu amigo e aliado político nos planos de expansão na bacia do Rio da Prata. Na ocasião da chegada de Caxias ao Rio Grande, Oribe, fortalecido pelas tropas federais de Rosas, logrou a tomada de diversas localidades ao retornar ao país, após sucessivas vitórias *coloradas*, e acabara de isolar Rivera naquele que seria o único reduto de suas forças até os últimos tempos da guerra, levando a cabo o conhecido “cerco a Montevideú”, em 1842.

Nesse sentido, comprometido pelas circunstâncias da guerra e sem apoio externo, Rivera voltou-se para o lado brasileiro em busca de aliados políticos e militares, passando a oferecer os auxílios possíveis e necessários aos farrapos, sem, contudo, romper em definitivo com o Império. Desde o início dos confrontos, Caxias demonstrava preocupação com a possibilidade de dom Fructos dar socorro aos rebeldes pela fronteira do Rio Chuí, logo guarnecendo a região e solicitando maior número de tropas que dessem conta de proteger algumas localidades estratégicas para transposição das fronteiras.¹² A interferência que Rivera passou a ter nas primeiras tentativas de negociação não era arriscada somente pela ajuda que dava aos rebeldes. Caxias parecia entender a aproximação de dom Fructos como um ardil para conseguir vantagens e proteções tanto dos rebeldes como do Império. Percebe-se, portanto, que a premência na proteção das fronteiras era fundamental para evitar o contato entre os farrapos e os caudilhos uruguaios que lhes davam socorro, mas também para impedir que o rescaldo da guerra no território oriental surtisse efeitos indesejados à pacificação do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, Adriana Barreto de Souza mostra que a saída proposta por Caxias foi um acordo, mesmo que provisório, entre o Rio de Janeiro e o líder *blanco* Manuel Oribe, algoz de Rivera. Essa opção oferecia riscos ao Império – que indiretamente daria apoio à política de Juan Manuel de Rosas – mas reduziria, momentaneamente, as dificuldades de pacificação do Rio Grande do Sul, anulando o “jogo duplo” de dom Fructos.¹³ Essa proposta parecia ser uma condição limite para que se encaminhasse a pacificação, tendo em vista que em algumas ocasiões o próprio barão afirmara ter se correspondido ora com Oribe ora com Rivera, em pé de negociações em torno das delicadas relações na fronteira com o Estado Oriental. Nesse contexto, o tom das informações enviadas ao ministério da Guerra sugere

aprofundada e fundamentada em bibliografia nacional e estrangeira sobre esse contexto, ver GANDIA, op. cit., pp. 82-98.

12 ARQUIVO NACIONAL. “Ofício do Barão de Caxias ao ministro da Guerra, 29/11/1842”, Caixa 810, Pasta 1, doc. 22.

13 SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 466-471.

que tais contatos com os caudilhos uruguaios teriam sido feitos à revelia do governo. Em um ofício de junho de 1844, o barão assumia ter se correspondido tanto com Oribe como com Rivera a respeito da passagem constante dos rebeldes para o interior do Uruguai. Segundo ele, havia trocado cartas com ambos os líderes sem saber da postura do governo, uma vez que não havia recebido, até aquele momento, nenhuma instrução da Corte que esclarecesse a questão, garantindo ao ministro que “tanto os Fructistas quanto os Oribistas nenhuma confiança me merecem”.¹⁴

Ao que parece, Caxias demonstrava insatisfação com a suposta imparcialidade do governo imperial frente aos caudilhos uruguaios. Isso continuava a dar margens para que os rebeldes se refugassem em terras estrangeiras e para que Rivera se salvaguardasse tanto do lado dos rio-grandenses como dos imperiais. Em uma carta ao então presidente da República Rio-grandense, José Gomes de Vasconcelos Jardim, Rivera dizia que o barão se mostrava esperançoso de entrar em acordo com os rebeldes e que, por isso, já havia tomado providências para que um enviado seu fosse representá-lo diante do presidente do Rio Grande do Sul, “resguardando al mismo tiempo, mi persona, de cualquier desaire que proyectase hacerme”¹⁵. Fica claro, neste trecho, qual era o grande interesse de dom Fructos em intermediar as negociações. Sitiado por Oribe e com um exército comprometido, Rivera via na aproximação com os farrapos, um meio de reforçar suas tropas, perseguidas pelo inimigo, sem perder de vista um possível apoio da diplomacia e do Exército brasileiros.

Toda a problemática envolvendo a indefinição das fronteiras e a interferência dos conflitos e interesses externos nos rumos da revolta chama a atenção de Souza (2008, p. 464) para o sentido de a Farroupilha ter sido “mais que uma guerra civil”. Para a historiadora, ao pegar em armas contra o Império, os rebeldes rio-grandenses lutavam contra uma política-econômica imposta pelo governo central. Numa região de fronteiras indefinidas e de uma cultura política muito peculiar – que aproximava a província muito mais do Prata que do Rio de Janeiro – a revolta ultrapassava os limites de uma guerra interna, tanto para os rebeldes como para o Império.

De fato, é fundamental considerar a complexidade das relações políticas e econômicas na indefinida fronteira sul do Brasil no século XIX. En-

14 ARQUIVO NACIONAL. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 07/06/1844”, Caixa 810, Pasta nº 4, doc. 198-2.

15 “resguardando, ao mesmo tempo, minha pessoa de qualquer afronta que me projetasse fazer” (Tradução livre). INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, “Carta de d. Fructuoso Rivera ao presidente da República Rio Grandense, José Gomes de Vasconcelos Jardim, 15/03/1844”, ACP-09, Lata 845, Pasta 27.

tretanto, a ideia de que a Farroupilha teria sido “mais que uma guerra civil” é uma interpretação coeva à revolta, feita pelo próprio Caxias, antes mesmo da pacificação da província.¹⁶ Além disso, se levarmos em conta toda dinâmica política e o conflito de interesses no interior da elite rio-grandense desde o início da revolta é possível perceber que as pedras-de-toque dos farrapos estavam muito mais numa realidade interna à província que num espectro mais amplo, ainda que as relações políticas entre os farrapos e os caudilhos do Rio da Prata compusessem uma realidade histórica bastante relevante, especialmente nos arranjos políticos feitos entre o barão e os líderes rebeldes durante as negociações de paz.

2 Com quem negociar? A conduta de Caxias frente às cisões da elite provincial

Numa comunicação ao ministro da Guerra, em junho de 1844, Caxias previa uma negociação mais segura com os líderes rebeldes, não só pelas condições precárias em que se encontravam as forças resistentes após diversas rendições inimigas, mas especialmente pelos sinais claros de cisão entre as lideranças rio-grandenses mais importantes. Segundo o barão, as divergências entre os rebeldes eram tão profundas que circulava a informação de “uma conspiração, cujo fim é derrubar Canabarro do Generalato em Chefe, e elevar Bento Gonçalves a essa Comissão e à Presidência da agonizante republiqueta”.¹⁷

O mais interessante neste ofício é notar como as propostas de conciliação dos rebeldes vinham sendo analisadas e rejeitadas pelo próprio barão, sem se reportar, a princípio, aos seus superiores na Corte, ao menos não de forma oficial. Conforme ele próprio informava, havia recebido “diversos comissionados dos rebeldes propondo a pacificação da província por meios conciliatórios”, ponderando que “até agora com condições tais que as hei rejeitado por injuriosas aos direitos de Sua Majestade o Imperador”. Essa postura de Caxias pareceu não ter agradado ao ministro da Guerra que, ao saber das ofertas de conciliação que chegavam ao conhecimento do presidente da província, pediu imediato esclarecimento do conteúdo das negociações. Respondendo ao ministro, Caxias narrou detalhadamente as negociações entre os líderes rebeldes e ele, dando conta de quais eram as condições de paz oferecidas pelos farrapos que vinha rejeitando sem infor-

16 A frase encontra-se num ofício de Caxias de 17 de setembro de 1844, apud. SOUZA, op. cit., p. 478.

17 ARQUIVO NNACIONAL. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 07/06/1844”, Caixa 810, Pasta 4, doc. 198.

má-las ao governo.¹⁸

Em maio de 1843 o ex-ministro dos rio-grandenses, José Pedroso de Albuquerque, havia procurado o barão, em nome de Canabarro, dizendo que este pretendia dar cabo da guerra por meio de uma conciliação e que boa parte dos chefes rebeldes estava de acordo com tais termos. Vale ressaltar que, naquela ocasião, a presidência da república rio-grandense ainda era ocupada por Bento Gonçalves da Silva (coadjuvado por José Mariano de Mattos), e a vice-presidência por José Gomes de Vasconcellos Jardim. Conforme Canabarro, todos do governo da república estariam em consonância com tais pretensões. Caxias, então, aceitou negociar condições que não fossem desrespeitosas aos interesses do Império.

Entretanto, seguiu-se uma troca de correspondência entre Canabarro e Gomes Jardim, na qual este último, anexando cópia do manifesto de 1835 (escrito por Bento Gonçalves quando da eclosão da revolta), dizia que, embora confiasse nas boas intenções do barão, “não lhes convinha depor as armas, senão declarando o Imperador esta província como Estado federado ao Império!”. Este fato teria marcado a indisposição generalizada entre os líderes farrapos. De um lado se colocaram Canabarro, Antonio Vicente da Fontoura, Jacinto Guedes da Luz, João Antonio da Silveira e Onofre Pires da Silveira Canto. De outro, Bento Gonçalves, José Mariano de Mattos, Gomes Jardim e Antonio de Souza Netto. Esta cisão foi o estopim para que Bento Gonçalves desafiasse Onofre Pires ao célebre duelo de espadas que terminou com a morte deste último e a perspectiva de que o mesmo ocorresse a Canabarro, tamanha a tensão entre os grupos da elite rio-grandense.

Depois disso, foi ao encontro de Caxias um parente de Bento Gonçalves (não há referência ao nome do enviado) dizendo que o antigo líder farroupilha desejava tratar pessoalmente com o general sobre uma paz que fosse “airoza” para o Império, ao que o barão respondeu que o fizesse por escrito, visto que, naquela ocasião, Bento Gonçalves já não ocupava nenhum cargo entre os rebeldes, o que não o qualificava para negociar termo de paz algum. Bento Gonçalves teria então insistido por uma entrevista e dito que desejava por fim a guerra, mas que vinha sendo obstado pelo barão de Caxias, que se negava a negociar. Inviabilizado tal contato, tropas rebeldes tentaram tomar Alegrete, o que foi frustrado pelo movimento rápido que as tropas de Caxias e Bento Manoel fizeram em contramarcha. Como artifício imediato, os rebeldes atravessaram a fronteira e convidaram Frutuoso Rivera para mediar uma negociação com o Império, assinando uma

18 A narrativa dos parágrafos seguintes é baseada em ARQUIVO NACIONAL. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 11/09/1844”, Caixa 810, Pasta 5, doc. 231.

concordata para que o caudilho uruguaio pudesse tratar com Caxias.

Quando Rivera já havia solicitado uma conferência com o barão, os rebeldes receberam a notícia de que o coronel Francisco Pedro de Abreu havia sido derrotado por Antonio Manoel do Amaral (notícia, segundo Caxias, exagerada pelos farrapos). Com isso, afirmava Caxias, os rebeldes solicitaram a Rivera que “me entretesse [ao barão] enquanto tomavam Pelotas e arrebatavam-me a cavallhada”, acreditando ter virado a sorte a seu favor. Sabendo dos planos por seus informantes, Caxias levou a cabo sua contra-marcha, malogrando o intento das tropas farroupilhas, inclusive forçando o recuo de Canabarro para a região da fronteira.

Enquanto isso, Bento Gonçalves novamente instou por uma entrevista com Caxias, então dizendo estar autorizado pelos demais chefes rebeldes a tratar de uma conclusão amigável ao conflito. Em resposta, o barão disse saber do estado precário das forças rebeldes e que, por isso, não aceitaria propostas que não tivessem por base a deposição total das armas e a “obediência ao Governo de Sua Majestade o Imperador, de quem deveriam esperar o perdão de seus erros”. Enquanto tais condições não se apresentassem, fosse por Bento Gonçalves, fosse por qualquer outro líder, Caxias não concederia a entrevista solicitada. Depois deste ultimato, Bento Gonçalves apresentou uma proposta de reconhecimento, por parte do Império, das dívidas interna e externa adquiridas pelos farrapos, além da manutenção das patentes recebidas pelos militares farrapos durante a revolta. Com a garantia da reintegração da província ao Império, Caxias se comprometeu a apresentar a proposta ao governo. Porém, nesse ínterim, Bento Gonçalves informou que Canabarro havia novamente negado a proposta, resistindo a qualquer negociação entre o outro líder farrapo e o barão. Este último, insatisfeito com a indefinição da situação, manteve as marchas contra os rebeldes, buscando obriga-los a depor as armas e entrar, de fato, em acordo.

Nesse sentido, instado pelo ministro da Guerra a respeito de suas opiniões sobre as conversações, Caxias sublinhava a completa desunião entre os líderes rebeldes, a ponto de não saber com quem deveria tratar da paz. Além disso, salientava que, em decorrência de tal rivalidade, acreditava que as lideranças não aceitariam a negociação ou qualquer proposta de paz do governo, temendo a reação do grupo rival. Assim, defendia, perante o ministro, que a continuidade da ocupação das localidades ainda sob domínio dos rebeldes, da perseguição aos grupos armados dispersos pela província e “a faculdade da anistiar a todos os que depuserem as armas”, seriam as formas mais profícuas de obter a pacificação. Afora isso, o barão asseverava não ter assumido compromissos com qualquer dos chefes orientais e que

continuaría “a guardar a mais rigorosa neutralidade, conforme V. Ex^a me recomenda.”

Entretanto, esta última parte do ofício soa contraditória se comparada a outras declarações do barão acerca das negociações com os rebeldes, ou mesmo frente aos chefes uruguaiois. Sabendo da aproximação entre os farrapos e Rivera, e sem que o governo brasileiro oferecesse uma saída diplomática para o impasse, Caxias parecia ter encontrado uma alternativa para a questão no isolamento de Rivera das negociações. Se antes havia entrado em contato com os líderes orientais sem a autorização do governo central, de meados de 1844 em diante, Caxias optou pela negociação direta com os rebeldes, tendo como base as notícias sobre as fortes contendas entre as lideranças farroupilhas. Desta feita, o barão não se comprometia mais em tratar da pacificação da província com Rivera, ainda que outras correspondências fossem trocadas entre ambos.

Isso pode ser observado num ofício de Rivera a Caxias, de setembro de 1844, no qual o caudilho uruguaio novamente se apresentava como representante dos farrapos, propondo a suspensão das armas nas localidades controladas pelo Império, durante trinta dias, até que se apresentassem as propostas de paz dos rebeldes ao Imperador, “debiéndose prolongar la suspensión de hostilidades por el tiempo que se considere necesario al regreso de los jefes que han de conducir las bases acordadas.”¹⁹ No mesmo período, outro ofício de Rivera tratava novamente das negociações de paz e de propostas para sanar problemas sobre o trânsito de gados pela fronteira, para proteger as propriedades rio-grandenses e uruguaias da violência com que vinha agindo o governador de Buenos Aires nas invasões ao território oriental.²⁰

Em resposta, Caxias concordava com o decreto apresentado por Rivera – muito vantajoso, sobretudo aos proprietários rio-grandenses – mas tergiversava acerca da pacificação, repetindo que nenhuma proposta seria aceita que não partisse da deposição das armas por parte dos rebeldes. Além disso, o barão dava mostras de que daria passagem segura aos líderes enviados à Corte, sem, no entanto, corroborar a mediação de Rivera, a quem teve a “habilidade de separar [...] dos farrapos com quem queria fazer papel de Juiz de Paz em nossas desavenças internas”, conforme informava

19 ARQUIVO NACIONAL. “Ofício de Fructoso Rivera ao Barão de Caxias, 30/09/1844”, Caixa 810, Pasta 5, doc. 238.

20 Trata-se de um documento intitulado “Noticias interessantísimas da Provincia do Rio Grande” (datado de 01/10/1844), que traz cópias de ofícios e avisos de Caxias, Rivera e Francisco Pedro de Abreu, escritos entre o final de setembro e início de outubro de 1844. ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL, Maço 107, doc. 5249.

ao seu pai, em novembro de 1844.²¹

Outro ponto de contradição nas declarações do barão se refere àquilo que dissera a respeito de não saber com quem negociar a pacificação, tamanha a cisão entre os líderes rio-grandenses. Pouco tempo depois desta declaração, Caxias escreveu novamente ao ministro, dando a notícia de ter recebido no acampamento o farrapo anistiado, Ismael Soares da Silva, representante de Bento Gonçalves. Este último solicitava salvos-condutos para si e Antonio de Souza Netto, para que pudessem apresentar suas propostas de paz ao governo, ao que o barão anuiu. Caxias acreditava que a emissão dos salvos-condutos daria o golpe de morte nos rebeldes, mas especialmente em Canabarro, que estaria, por sua vez, disposto a “bater a estes dois Chefes no mesmo momento em que eles deixarem o serviço rebelde”. Para além disso, vale destacar o motivo mais forte que teria levado o barão a emitir os salvos-condutos. Segundo ele, “conquanto Bento Gonçalves e Netto sejam hoje chefes secundários, ainda exercem muita influência na campanha”.²²

Eram, portanto, “chefes secundários”, mas dada a desmobilização das tropas e do próprio governo rebelde, Caxias parecia estar mais interessado na influência e no apoio político que os líderes do chamado grupo da “maioria” teriam na negociação da paz. Canabarro e seus apoiadores, naquele momento, ainda estavam em segundo plano, mesmo ocupando os principais cargos do governo farroupilha. Contudo, dias depois, uma resposta de Bento Gonçalves sobre os salvos-condutos, surpreendeu Caxias. O antigo líder farrapo negou os termos do documento, alegando que “o mesmo não satisfaz plenamente meus desejos”. Além disso, Bento Gonçalves escrevia que as bases da negociação “não foram então aceitas por parte de meus companheiros, com o que neutralizaram meus esforços”, o que parecia, pelo tom, o ter isolado das tratativas de paz e o levado a desistir das negociações.

Garantindo que em breve estaria uma pessoa habilitada para tratar com Caxias, Bento Gonçalves reforçava a necessidade de se findar o conflito, levantando um ponto crucial nos esforços de pacificação:

Acredite V. Ex^a que não há um instante a perder-se a vista da atitude imponente do tirano Rosas, de quem será presa o continente, se continuam a guerrear-se mutuamente seus

21 ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL. “Carta do Barão de Caxias ao seu pai, Francisco de Lima e Silva, 20/11/1844”, Maço 107, doc. 5236.

22 ARQUIVO NACIONAL. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 02/10/1844”, Caixa 810, Pasta 5, doc. 242.

filhos, destruindo os poucos elementos que restam para disputar o passo ao deposto audaz, que nos ameaça com aguerridas hostes; esta consideração, que sobre mim pesa, deve convencer a V. Ex^a da urgente necessidade de levar a efeito o que proponho, no que fará transcendente serviço ao país que o viu nascer, desviando-o dos males que lhe acarreta a prolongação dessa luta, e mais de tudo impondo respeito ao feroz inimigo que nos ameaça, para o que apesar de velho e cansado, prestarei gostoso meus débeis serviços a par de meus irmãos brasileiros.²³

Vê-se aí que uma motivação mais premente surgia com força nas negociações de paz do Rio Grande: a ameaça oferecida pelo inimigo externo. Não mais a de dom Fructos com seu “jogo duplo” e sua interferência nos assuntos internos, mas sim o avanço temerário do projeto político de Juan Manuel de Rosas para a região platina, tendo em vista, inclusive, sua influência garantida no Uruguai por meio da presença das tropas oribistas.

Essa perspectiva, no entanto, já havia sido mencionada em setembro, na mesma oportunidade em que Caxias dava detalhes de todos os contatos dos rebeldes em busca de um acordo de paz. Naquele momento, a decisão pelo grupo da elite rebelde que tomaria a frente das negociações estaria condicionada aos rumos que o Brasil, por ventura, tomasse a respeito do perigo oferecido por Rosas. Antes mesmo de ser procurado pela primeira vez por Bento Gonçalves, Caxias fora aconselhado por um estancieiro de Alegrete, tio de Canabarro, da seguinte maneira:

Por segunda vez, me tornou a falar em composição, um tio de Canabarro, que é estancieiro em Alegrete, dizendo-me que por seu sobrinho não era a dúvida, e que ele tinha certeza que *se o Governo Imperial declarasse a guerra a Rosas, Canabarro se uniria infalivelmente ao Império para o bater, e que isso mesmo ele o tinha encarregado de me fazer, e que tratasse eu de acabar com o partido do Bento Gonçalves que com ele podia eu contar, assim como com toda a sua gente*. Conhecendo eu que a divisão entre eles esta ateadada, e que era isso de muita vantagem para a conclusão da guerra, a tenho alimentado quanto me é possível, conseguindo que Bento Gonçalves e a gente do seu partido esteja tão inimizada com a de David Cana-

23 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. “Carta de Bento Gonçalves a Caxias, 13/10/1844” ACP-09, Lata 820, Pasta 9.

barro, quase como está com as tropas imperiais.²⁴

Essas informações oferecem evidências que o processo de pacificação do Rio Grande do Sul passou gradativamente a ser conduzido com vista para o horizonte beligerante no Prata. Desse modo, ao que parece, as tratativas de paz não diziam respeito somente à necessidade de findar o conflito para que o Império pudesse, então, ter ao seu lado novamente o Rio Grande do Sul na defesa da fronteira meridional. Pode-se pensar que o próprio arranjo político para uma “paz honrosa”, teria sido construído com o intuito de se formar uma base política e militar sólida na província, visando a um conflito internacional na região, uma vez que os próprios rebeldes tinham plena noção da ameaça externa e de sua importância para qualquer ação planejada pelo Império, mesmo que para isso fosse necessário contribuir constantemente para o aumento das cisões entre os grupos políticos da elite provincial, conforme Caxias demonstrava ter feito.

Assim, há que se considerar as ideias contidas em um documento apócrifo escrito no Rio Grande do Sul na mesma data em que Caxias reportava ao ministro as propostas de paz dos rebeldes. O documento contestava peremptoriamente a pretensão do governo imperial em declarar guerra a Rosas por este estar supostamente auxiliando os rebeldes, quando, de fato, quem os vinha socorrendo era Fructuoso Rivera, inimigo de Oribe. Vale aqui destacar um trecho do texto:

E sempre que os rebeldes desta Província necessitam de socorro para evitarem sua total ruína, tem achado apoio em Fructo Rivera; ora, como se pode combinar, que achando os rebeldes em todo o tempo recursos em Rivera, possam estar unidos a Rosas? Passa como certo que os farrapos tem combinado com Fructo de ajuda-lo a fim de bater e destroçar o Exercito de Rosas, para depois tirarem partido disso com o Império, reconhecendo-os nos seus postos, mas tudo isso julgo estratagemas farrapal, para ao menos prolongarem a guerra nesta Província, [...].²⁵

Anexo a estas colocações encontra-se outro documento intitulado “Quesitos que se estabelecem sobre o estado da rebelião na Província do Rio Grande do Sul”, no qual se apresentavam algumas das questões mais

24 ARQUIVO NNACIONAL. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 11/09/1844” Caixa 810, Pasta 5, doc. 231 (Grifo meu).

25 ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL, “Documento sem assinatura..., 11/09/1844”, Maço 107, doc. 5218.

prementes envolvendo a governança na província e as ações de terminação da guerra. As mais importantes indagações diziam respeito à conveniência ou não de se declarar guerra a algum Estado vizinho para estabelecer a paz no Rio Grande de Sul, ou à continuidade da ação enérgica do Império no combate aos rebeldes. Considerando-se a veracidade destas informações, pode-se aventar a possibilidade de o Império estar em pé de “neutralidade” em virtude das incertezas sobre a deflagração de um conflito externo (ou mesmo sobre o possível alvo para tal declaração de guerra). Porém, é fundamental ressaltar que, diante desse complexo jogo de interesses e do quadro beligerante no Prata, que cada vez mais se aproximava do Brasil, o governo central, mesmo que aparentemente postergando o conflito externo, não deixou de colocar a agenda em discussão. Desta maneira, a definição do conflito no Rio Grande do Sul pode ser considerada como uma parte importante desse contexto.

De todo modo, o fato é que os movimentos finais antes do encerramento oficial da rebelião continuam sendo obscuros, devido, em grande medida, à carência de documentação sobre o período. David Canabarro continuou a ser acossado pelas tropas imperiais e por grupos armados da própria elite rebelde, que pretendiam lhe tomar o poder após a derrota de sua tropa de lanceiros negros no Serro de Porongos, na madrugada de 14 de novembro de 1844.²⁶ Esse ataque redundou na morte de cerca de cem soldados negros do exército farroupilha, na prisão (e posterior anistia) de alguns líderes rebeldes e na fuga de Canabarro para a região fronteiriça. Para Caxias, apesar da fuga, o combate serviu para mostrar “que não é Canabarro invencível e que ele mesmo se escapou em ceroulas e sem botas”, conforme se vangloriava em carta ao seu pai, uma semana após o confronto.²⁷

Entretanto, Porongos rendeu talvez a maior das polêmicas a respeito da pacificação da Farroupilha, sobretudo quando, pouco depois da batalha, veio à tona a suspeita de que o ataque dos imperiais ao Batalhão de Lanceiros Negros teria sido previamente combinado entre o próprio Canabarro e Caxias, sendo que este, por sua vez, teria dado todas as instruções por escrito para o coronel Chico Pedro, responsável pela movimentação das

26 Segundo Caxias: “Consta-me que Bento Gonçalves se reunira a Canabarro, logo depois da derrota de 14 de Novembro, com o fim de lhe arrebatara o mando [...], porém tendo Canabarro sido obrigado a dispersar a sua gente, este dele se separou, voltando para o lugar d’onde tinha saído, mais desanimado do que já estava, e diz que só espera a volta do Fontoura dessa Corte para novamente me pedir anistia.”. ARQUIVO NACIONAL. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 29/12/1844”, Caixa 810, Pasta 4, doc. 153-1.

27 ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL. “Carta do Barão de Caxias ao seu pai, Francisco de Lima e Silva, 20/11/1844”, Maço 107, doc. 5236.

tropas até o Serro de Porongos, onde os farrapos foram atacados durante a madrugada.²⁸ Embora David Canabarro tenha sido acusado de traição, seu grupo político continuou à frente das negociações de paz e ele mesmo se manteve como um dos protagonistas.

Após o isolamento de Bento Gonçalves, Antonio Vicente da Fontoura, ministro farroupilha aliado de Canabarro, tomou a frente das tratativas de paz e foi enviado para a Corte com o objetivo de apresentar aos ministros as condições dos rebeldes para o fim da guerra. Na mesma viagem, seguiu também para o Rio de Janeiro Manuel Marques de Souza, com a missão, dada por Caxias, de informar “de viva voz” ao ministro da Guerra o que havia sido tratado e quais eram as impressões e pretensões do barão em relação às propostas de paz. Da mesma forma, o coronel Marques de Sousa traria até Caxias, mais uma vez “de viva voz”, as principais instruções de Jerônimo Francisco Coelho e demais membros do governo para ultimar o conflito. Como bem observa Souza (2008, p. 519), o que se trata oralmente não tem a necessidade de ser registrado e esse certamente era o objetivo do barão ao encarregar uma pessoa especificamente para transmitir suas opiniões, ou seja, impedir que suas ideias em torno da negociação viessem a público.

De volta à província, em dezembro de 1844, Marques de Sousa entregou a Caxias as instruções imperiais para um acordo de paz com os rebeldes, além daquilo que “de viva voz”, transmitia o ministro. O artigo 2º das instruções dava recomendações expressas para que, findado o conflito e estabelecidos os termos da paz e anistia, tudo fosse amplamente divulgado no sul, na Corte e nas demais províncias do Império. Ao que parece, essa foi uma das únicas instruções não cumpridas, ou mesmo modificadas, pelo barão.²⁹

Enfim, todas as trocas de informações “de viva voz”, os mistérios em torno de um possível ataque planejado e conhecido pelos rebeldes para massacrar os lanceiros negros farroupilhas e a “informalidade” (na falta de um termo mais adequado) dos acordos para o encerramento da guerra tornam complexa, senão incerta, a compreensão dos eventos que permearam o período de novembro de 1844 ao início de março de 1845. Contudo, é im-

28 Poucos biógrafos de Caxias se dedicaram a aprofundar o estudo deste episódio. Evitando fugir do tema central deste estudo, não me estenderei em torno da questão. No entanto, remeto-me a SOUZA, op. cit., pp. 512-527, que faz uma excelente e bem fundamentada crônica de todo o debate criado em torno de Porongos. Ver também CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Nas fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional - 1830-1850)*. 2013, Tese (Doutorado em História), UFRJ, Rio de Janeiro.

29 ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL. “Instruções reservadas dadas ao General Conde de Caxias em data de 18 de Dezembro de 1844”, Maço 107, doc. 5246.

portante notar que, como foi dito no início deste texto, as divergências políticas no seio da elite farroupilha e os conflitos pela tomada do poder dentro da província foram cruciais para a definição da revolta. Depois da chegada do barão de Caxias, em novembro de 1842, mas, especialmente de meados de 1844 em diante, o que estava em jogo não era somente a pacificação da província, mas especialmente quem, ou qual grupo político a “faria” com o Império. Isso, no limite, daria novos contornos à política provincial a partir da reintegração do Rio Grande do Sul ao restante do Brasil.

Nesse contexto é que fazem mais sentido os acertos e recusas que permearam os primeiros contatos entre os rebeldes e o barão com o intuito de se chegar a um fim “airozo” à guerra. Depois da cisão declarada entre os líderes da república, negociar as propostas de um grupo, em detrimento das do outro significava ganhar vantagens consideráveis na construção da estrutura política, administrativa e, por que não, militar da província que, como demonstrado acima, visavam ao contexto mais amplo da região platina. Não por acaso, Bento Gonçalves e Antonio de Souza Netto, grandes opositores de Canabarro e Fontoura³⁰, após o encerramento da guerra, foram deliberadamente alijados da cúpula decisória rio-grandense. Curiosamente, nos últimos dias de fevereiro de 1845, o encontro no município de Dom Pedrito, nas largas campinas de Ponche Verde, foi a última vez que os líderes mais destacados da elite rio-grandense entraram em acordo.

CONCLUSÃO: “OS MEIOS DE CONCILIAÇÃO SEM SE DESPREZAREM OS DA FORÇA”

Apesar de ter sido dita em um contexto distinto, a fala de Caxias no Senado, mais de um ano após o fim da Farroupilha, faz sentido quando observamos atentamente o processo de pacificação da rebelião. De fato, suas condições estavam longe de ser as mesmas em 1842 e 1844, sobretudo se considerarmos as especificidades e divergência intrínsecas aos embates políticos da elite rio-grandense no período, ou mesmo a influência das questões externas nos rumos do movimento. O que pretendemos mostrar neste breve estudo foi que o encarregado de por fim à longa separação entre centro e província agiu além dos limites da ação militar, embora não a tivesse deixado de lado. Porém, ao que parece, a força das armas, especialmente nos momentos finais da guerra, serviu ao Império como um artifício secundário no combate aos rebeldes rio-grandenses.

30 Enquanto Bento Gonçalves se isolava das negociações, Netto tornou-se um grande crítico das propostas da “minoria”, afirmando que reuniria tropas para dar continuidade à guerra, cf. SOUZA, op. cit., pp. 504-505.

Além do mais, o barão, ao entender a complexidade das cisões entre os destacados líderes farroupilhas – e, por isso, contribuir para que tais conflitos se aprofundassem – encontrou sua principal arma para conter as interferências dos caudilhos dos Estados vizinhos, mas, acima de tudo, para conduzir suas ações políticas entre os grupos da elite provincial. Tais ações, conforme observado acima, ganharam novas cores e se reorganizaram ao longo da missão, uma vez que não visaram somente ao fim das contendas provinciais, mas também ao espectro mais amplo da proximidade do conflito externo entre os países vizinhos e a ameaça dos projetos expansionistas tão próximos à fronteira sul do Império.

Desta forma, pode-se compreender o processo de pacificação da rebelião farroupilha como um primeiro e fundamental passo que daria condições políticas e militares ao Brasil de modificar gradativamente sua postura diplomática diante da beligerância na região do Rio da Prata que impôs barreiras consideráveis à missão de Caxias no Rio Grande e que ameaçava seriamente os interesses do Império na região. Nesse sentido, o que pretendemos mostrar foi que Caxias teria sido um grande representante e artífice dos interesses brasileiros não só para o contexto específico do Rio Grande, mas sim da instabilidade política no Rio da Prata. Sem perder de vista todas as particularidades e interesses internos da elite rio-grandense, Caxias articulou, ora pela força, ora principalmente pela conciliação, as necessidades tanto da província como do centro do Império, abrindo estratégicas redes de negociação e apoio político e militar na província, que reverberariam, posteriormente, em sua atuação como senador pelo Rio Grande e, acima de tudo, em seu retorno ao campo de batalha, entre 1851 e 1852, na intervenção brasileira na Guerra Grande.³¹

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL, “Ofício do Barão de Caxias a Salvador José Maciel, ministro da Guerra, 17/08/1843”, Maço 106, doc. 5143.

_____. “Noticias interessantíssimas da Provincia do Rio Grande, 01/10/1844”, Maço 107, doc. 5249.

_____. “Carta do Barão de Caxias ao seu pai, Francisco de Lima e Silva, 20/11/1844”, Maço 107, doc. 5236.

31 Para uma análise mais detalhada dos desdobramentos da pacificação da farroupilha no Senado, o processo de preparação para a intervenção do Brasil na Guerra Grande e as campanhas contra Oribe e Rosas, entre 1851 e 1852, ver GANDIA, op. cit., pp. 43-80.

_____. “Documento sem assinatura..., 11/09/1844”, Maço 107, doc. 5218.

_____. Maço 107, doc. 5246 “Instruções reservadas dadas ao General Conde de Caxias em data de 18 de Dezembro de 1844”.

ARQUIVO NACIONAL. “Ofício do Barão de Caxias ao ministro da Guerra, 29/11/1842”, Caixa 810, Pasta 1, doc. 22.

_____. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 07/06/1844”, Caixa 810, Pasta nº 4, doc. 198-2.

_____. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 07/06/1844”, Caixa 810, Pasta 4, doc. 198.

_____. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 11/09/1844”, Caixa 810, Pasta 5, doc. 231.

_____. “Ofício de Fructoso Rivera ao Barão de Caxias, 30/09/1844”, Caixa 810, Pasta 5, doc. 238.

_____. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 02/10/1844”, Caixa 810, Pasta 5, doc. 242.

_____. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 11/09/1844”, Caixa 810, Pasta 5, doc. 231.

_____. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 29/12/1844”, Caixa 810, Pasta 4, doc. 153-1.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai – da colonização à guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Revan/ EdUnB, 1998.

BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguai partoril y caudillesco (1839-1875)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1975. Colección Historia Uruguaya, Tomo 4.

BRASIL. Senado Federal. *Anais do Senado do Império do Brasil*. 1846, v. Único, Brasília: Senado Federal, 1978.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Nas fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional - 1830-1850)*. Tese de Doutorado em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

DANTAS, Monica Duarte. *Revoltas, motins, revoluções. Homens livres pobre e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

GANDIA, Leonardo dos Reis. *A política ao fio da espada: Caxias e a consolidação*

- dos interesses brasileiros no Rio da Prata (1842-1852)*. Dissertação de Mestrado em História, FFLCH-USP, São Paulo, 2015.
- GOLDMAN, Noemi (dir.). *Revolución, república, confederación (1806-1852)*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999.
- GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. Libertos, gaúchos, peões livres e a Guerra dos Farrapos. IN: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 229-26.
- _____. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese de Doutorado em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.
- HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Argentina, de la Revolución de la Independencia a la Confederación Rosista*. Buenos Aires: Paidós, 1987.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. “Carta de d. Fructuoso Rivera ao presidente da República Rio Grandense, José Gomes de Vasconcelos Jardim, 15/03/1844”, ACP-09, Lata 845, Pasta 27.
- _____. “Carta de Bento Gonçalves a Caxias, 13/10/1844”, ACP-09, Lata 820, Pasta 9.
- JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas Ministeriais*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/ Arquivo Nacional, 1962.
- LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da guerra dos farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- PAGANI, Rosana; SOUTO, Nora; WASSERMAN, Fabio. “El ascenso de Rosas al poder y el surgimiento de la Confederación (1827-1835)”, In: GOLDMAN, Noemi (dir.). *Revolución, república, confederación (1806-1852)*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999, pp. 283-321.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *O Parlamento Nacional e a Revolução Farrapilha*. São Leopoldo: EDUNI-SUL, 1985.
- ROSA, José María. *La Caída de Rosas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2010.
- _____. *El Pronunciamiento de Urquiza (a través de documentos diplomáticos brasileños y orientales)*. Buenos Aires: A. Peña Lillo Editor, 1960.
- SALVATORE, Ricardo. “Consolidación del régimen rosista (1835-1852)”, In: GOLDMAN, Noemi (dir.). *Revolución, república, confederación (1806-1852)*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999, pp. 323-380.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo/ Brasília: Cia Editora Nacional/ EdUnB, 1980.

_____. *A epopéia farroupilha*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1963.

Recebido em 15/2/2016

Aprovado em 4/4/2016